

German atrocities 1914: A history of denial

John Horne & Alan Kramer

New Haven e Londres: Yale University Press, 2001, 623 pp.

Nos anos que se seguiram à Grande Guerra, liberais e socialistas dos países europeus vencedores, na tentativa de manter vivo um optimismo ideológico sobre a humanidade e seus destinos, atribuíram a longa duração do conflito e a disponibilidade de milhões dos seus respectivos compatriotas para sofrer e morrer nas trincheiras a um factor exclusivo: a propaganda moderna. Estes comentadores alegaram que tal propaganda tinha sido deliberadamente manipulada pelos governos e seus subalternos de forma a popularizar uma longa série de mentiras sobre o inimigo, tornando-o verdadeiramente diabólico aos olhos de soldados e civis. Horríveis atrocidades terão sido assim inventadas e atribuídas aos homens na trincheira oposta de forma a manter acesa a chama do ódio nacionalista; mas, de acordo com este ponto de vista, todos os exércitos tinham cometido actos horríveis durante a guerra, porque a própria guerra era, por definição, horrível. A este coro vieram juntar-se outras vozes: isolacionistas americanos que, retrospectivamente, argumentavam que o povo dos Estados Unidos tinha sido enganado pela propaganda dos aliados (incluindo, a partir de Abril de 1917, a propaganda americana) e levado a uma guerra que não lhe dizia respeito e, curiosamente, sectores conservadores e nacionalistas alemães, que viam as acusações feitas no Tratado de Versalhes contra o Imperador Guilherme II e o exército alemão como um insultuoso exemplo de uma lei injustamente imposta pelos vencedores, que assim ocultavam as suas próprias atrocidades. Em meados dos anos 20, o chamado *espírito de Locarno* levou os próprios governos europeus a juntar-se a este consenso, pondo fim aos ressentimentos resultantes da Grande Guerra e apelando a um sentimento de reconciliação. Em França, o país que mais tinha insistido no cumprimento do Tratado de Versalhes, a era de Briand tinha começado e a de Poincaré terminado.

O rolo compressor alemão

Porém, no Sul da Bélgica e no Norte de França, as populações civis que sobreviveram à guerra mantiveram viva a memória de Agosto de 1914, quando os exércitos alemães, ignorando a neutralidade belga, atravessaram as províncias de Limburg, Liège, Brabant, Hainault, Namur e Luxembourg em direcção a França. Apesar da resistência conjunta dos exércitos belga, britânico e francês, os Alemães cruzaram a fronteira franco-belga e seguiram o trajecto indicado no Plano Schlieffen para envolver e destruir, de uma só vez, todo o exército francês, sendo porém travados por Joffre no rio Marne e forçados a recuar. Nestas províncias belgas, e em alguns departamentos franceses (Nord, Aisne, Ardennes, Meuse, Meurthe-et-Moselle) as tropas alemãs, impelidas pela urgência de vencer depressa a oeste, para depois conter o exército russo a leste, não hesitaram em quebrar as leis que, recentemente, tinham sido codificadas de forma a «civilizar» a Guerra (nomeadamente a Convenção de Haia de 1907). Acusando a população civil de participar num levantamento popular contra os Alemães, alegadamente organizado pelo Governo de Bruxelas, e de fazer fogo de casas e outras posições escondidas, as tropas alemãs executaram sumariamente, num espaço de dois meses, 6500 civis inocentes, incluindo mulheres, crianças e idosos. Apesar de o resto da Europa estar enlutado, traumatizado pela extensão da guerra e disposto a esquecer e a perdoar, aldeias e vilas belgas e francesas construíram, após 1918, monumentos para perpetuar a memória desses inocentes, falsamente acusados de disparar contra soldados alemães, ou usados por esses mesmos alemães como escudos humanos para avançar sobre posições inimigas (muitos desses monumentos seriam demolidos mais tarde, em 1940, pelo exército alemão). Gerações de historiadores escreveram sobre a Grande Guerra partindo do princípio, herdado de Locarno, de que as acções do exército alemão em 1914 tinham sido inteiramente legais, e que refugiados belgas e franceses tinham exagerado os seus sofrimentos, tendo esses relatos falsos sido aproveitados pelos governos aliados para alimentar uma enorme, e bem-sucedida, campanha de propaganda. A publicação de *German atrocities 1914* vem pôr cobro a este ponto de vista. John Horne e Alan

Kramer não só demonstram o que aconteceu em 1914, incidente por incidente, como explicam a razão do comportamento dos soldados alemães, a reacção dos governos aliados, o debate sobre atrocidades que se seguiu durante a guerra e o pós-guerra e o gradual esquecimento dos eventos, ofuscados pelo resto de uma guerra em que morreram milhões e pela necessidade de normalizar as relações entre países europeus.

A resistência civil

German atrocities 1914 representa um enorme esforço em termos de investigação. Os seus autores consultaram bibliotecas e arquivos locais e nacionais de Washington a Moscovo e de Londres ao Vaticano, e empregaram vários tipos de análise – história militar, diplomática, mas, sobretudo, cultural – para ilustrar e explicar uma sequência curta (dois meses) de acontecimentos e suas enormes consequências. Horne e Kramer tornam claras as razões militares que levaram à brutalidade do avanço alemão, mas também as razões históricas (a memória da resistência organizada pela jovem República Francesa após a queda de Napoleão III, que passou pelo uso de *franc-tireurs* civis) e ideológicas (o medo da natureza revolucionária de uma guerra não comandada por um corpo profissional de oficiais) que levaram a oficialidade alemã a considerar qualquer resistência civil uma atrocidade; os autores explicam ainda as razões práticas que levaram os soldados a julgar-se vítimas de atiradores civis indistinguíveis do resto da população. A guerra iniciada em 1914 favorecia, devido a recentes avanços tecnológicos, os defensores, já que uma metralhadora escondida podia desbaratar um ataque em massa. O diminuto exército belga combateu com coragem e inteligência, recuando lentamente através do seu território, mas mantendo-se intacto graças a sucessivas acções de retaguarda que frustraram um inimigo pressionado para obedecer ao calendário traçado pelo Plano Schlieffen. Os Alemães entraram na Bélgica e em França pensando, devido à experiência adquirida em 1870, que iriam encontrar resistentes civis, estando dispostos a castigá-los; ao serem atrasados e frustrados por um inimigo muitas vezes invisível, atribuíram as suas derrotas a todos os civis, que puniram com ferocidade.

Um exemplo basta para ilustrar este argumento. A cidade de Dinant, na província de Namur, tinha uma população, em 1914, de 7000 habitantes. A margem esquerda do Meuse, em Dinant, foi eficazmente defendida por um regimento francês, que impediu o exército alemão de capturar as várias pontes da cidade. O fogo certo dos atiradores franceses, escondidos, enfureceu as unidades alemãs, que se vingaram nos civis. Ao todo, 674 pessoas foram executadas individualmente ou em grupo (o maior dos quais compunha 137 civis), sem que as suas responsabilidades nos acontecimentos tivessem sido apuradas pelas autoridades militares alemãs. Nesses meses de 1914, soldados e oficiais alemães foram vítimas de uma ilusão colectiva, inventando inimigos inexistentes e punindo civis em massa. Não houve casos de resistência civil à invasão alemã; para a impedir, o Governo belga decretara uma recolha de armas de fogo particulares, que foi efectuada pelos *maires* de cada localidade. A descoberta destas armas em várias *mairies* convenceu os soldados alemães de que estavam a ser distribuídas armas, resultando em mais crimes contra civis. Mas, como Horne e Kramer lembram, os civis tinham o direito de resistir a uma invasão estrangeira, desde que obedecessem às leis da guerra. Este direito, confirmado pela já referida Convenção de Haia de 1907, que a Alemanha tinha assinado, raramente era lembrado na instrução de oficiais e soldados alemães. O exército belga não se limitou a defender; por vezes as suas forças lançaram contra-ataques contra a retaguarda do exército alemão. Nestas ocasiões, o pânico semeado pelos sons de combate em áreas supostamente pacificadas levou a uma nova ronda de ataques contra civis e aqueles que supostamente os incitavam e conduziam. No caso da Bélgica, estes líderes eram, no entender de muitos alemães protestantes, os padres católicos. A destruição da biblioteca da Universidade de Louvain, centro intelectual da Igreja belga, ocorreu na sequência de um destes contra-ataques belgas.

A demonização do inimigo

Os acontecimentos de 1914 levaram a uma guerra de palavras e relatórios oficiais, seguida cuidadosamente por Horne e Kramer, nos quais a

Alemanha e os aliados se acusaram mutuamente de atrocidades, esperando influenciar as opiniões dos países neutrais. Os governos aliados tentaram manter alguma objectividade na elaboração destes relatórios, mas não foi possível assegurar o mesmo rigor na imprensa e em milhares de publicações que detalharam, e exageraram, os crimes cometidos pelos soldados alemães, nas quais surgiu a primeira das mentiras, que seria, mais tarde, identificada como uma das «razões» do prolongamento artificial da guerra: a mutilação de crianças belgas (os tristemente célebres *mains coupées*) de forma a que nunca mais pudessem alvejar um alemão. Estando muita da produção propagandística nos países aliados em mãos de particulares, que se automobilizaram de forma a contribuir para o respectivo esforço de guerra, as atrocidades alemãs assumiram um papel preponderante na cultura de guerra por eles elaborada, e sucessivas acções das forças dos Impérios Centrais seriam interpretadas de acordo com a visão inicialmente esboçada em 1914. A destruição da catedral de Rheims e o afundamento do *Lusitania* confirmaram a opinião de muitos que viam na guerra um conflito épico entre dois valores opostos: a Civilização ocidental e uma *Kultur* alemã que, no fundo, representava apenas a barbárie. Horne e Kramer dedicaram-se ainda a estudar o impacto das atrocidades de 1914 em determinados grupos (a que chamam *communities of truth*) que até àquela data se tinham orgulhado dos seus laços supra-nacionais: socialistas, católicos e intelectuais, a maioria dos quais se mostrou incapaz de ultrapassar sentimentos patrióticos de forma a tentar entender as razões do comportamento inimigo, ou mesmo a admitir os crimes cometidos pelos respectivos exércitos. O conflito dentro da Igreja Católica foi particularmente difícil de gerir, já que o Vaticano, ansioso por assegurar a futura unidade da Igreja, e empenhado em manter a Itália fora do conflito, teve de silenciar as queixas e acusações feitas pelas Igrejas belga e francesa.

A última secção do livro, intitulada «The impossible consensus: German atrocities and memories of war from 1919», segue as tentativas dos governos belga e francês de julgar, no seguimento de Versalhes, soldados e oficiais acusados de crimes de guerra. Os artigos 228-230 do Tratado de

Versalhes asseguraram o direito das nações Aliadas de julgar tais homens em seu solo, e obrigaram o Governo alemão a cooperar com os seus homólogos Aliados no funcionamento desses tribunais. A resposta alemã foi imediata: uma nova secção foi criada no seu Ministério dos Estrangeiros, chamada *Kriegsschuldreferat*, cuja missão, ao longo de quinze anos, consistiu em negar que o exército alemão tivesse cometido algum crime, acusando os Aliados de quebrar, eles sim, as leis da guerra (através do bloqueio naval à Alemanha, ou do uso de tropas coloniais no teatro de guerra europeu). Ao mesmo tempo foram preparados milhares de esconderijos para os presumíveis culpados, e o Governo alemão avisou representantes Aliados de que qualquer tentativa de prender oficiais alemães para os entregar aos Aliados levaria a um golpe de Estado conservador do qual sairia um Governo anti-Versalhes que levaria a Alemanha, e toda a Europa, a uma nova guerra. Este contra-ataque em todas as frentes, ajudado por uma onda de manifestações populares contra as deportações, funcionou gradualmente: os Aliados concordaram, inicialmente, em reduzir a um nível simbólico o número de pedidos de extradição (que baixou para 853), mas as campanhas públicas de protesto continuaram, melhorando sempre a posição negocial do Governo alemão. Lloyd George acabou por ceder, forçando os Franceses a segui-lo e a aceitar o julgamento de um número de militares ainda mais reduzido em solo alemão: 45 acusados seriam julgados em Leipzig pelo Tribunal Supremo (*Reichsgericht*) alemão; a Bélgica foi o país que apresentou mais causas (15). Estas começaram a ser ouvidas em Maio de 1921, mas foram abandonadas pelas delegações francesa e belga, que depressa entenderam que estavam a assistir à liberação premeditada de todos os acusados.

German atrocities 1914 impressiona pela forma como os autores lidam com um tópico controverso, desmistificando-o sem recurso a generalizações essencialistas sobre cada uma das nações envolvidas. Horne e Kramer demonstram o que se passou, explicam o porquê dos acontecimentos e das reacções que se seguiram, e a importância que tiveram na maneira como os beligerantes definiram a guerra que estavam a travar. Por fim, examinam porque é que acontecimentos tão sérios foram apagados da memória

européia, sobrevivendo apenas a nível local. Pela sua clareza, pela qualidade e diversidade de análise nele empregue, e pela recriação do horror sentido por uma sociedade que, orgulhando-se do seu nível de desenvolvimento e civilização, e do seu culto da Razão, se viu confrontada por actos de uma violência aparentemente inexplicável, este é um livro que iniciará a caminhada para um novo consenso sobre a natureza da Grande Guerra.